

O acesso à internet em tempos de Covid-19: garantia da igualdade material no direito à educação básica

Access to the internet in times of Covid-19: guarantee of material equality in the right to basic education

Lisiane Beatriz Wickert^{*}

Janice Scheila Kieling^{**}

Diego Luiz Trindade^{***}

Resumo: O presente estudo tem por objetivo identificar se é possível exigir do Poder Público políticas efetivas para garantir o direito à educação básica através da concretização do acesso à Internet durante o período de pandemia causada pela COVID-19. Para tanto, cabe abordar o Direito à Educação sob o prisma do mínimo existencial. Ademais, impende estudar a igualdade de acesso à educação sob o prisma material, que impõe ao administrador público o dever objetivo de atender aos ditames constitucionais. Sob o viés prático, cabe analisar a visão da Corte Constitucional quanto à salvaguarda dos direitos prestacionais, em especial da educação básica, além de se identificar políticas públicas concretas de acesso à Internet desenvolvidas durante a pandemia em benefício de alunos carentes. Considerando-se que o trabalho é de natureza bibliográfica, a abordagem foi feita através do método dedutivo, concluindo-se, ao final, pela viabilidade de se requerer ao Estado a garantia do acesso à Internet para a continuidade da educação básica e, se este for omissivo, a postulação judicial.

Palavras-chave: Direitos sociais; direito à educação; igualdade material; internet; Covid-19.

Abstract: The presente study search to identify whether it is possible to demand effective policies from the Government to guarantee the right to basic education through the materialization of Internet access during the pandemic period caused by COVID-19. Therefore, the Right to Education must be approached from the perspective of the existential minimum. In addition, it is important to study equal access to education from a material perspective, which imposes on the public administrator the objective duty to comply with constitutional dictates. From a practical point of view, it is necessary to analyze the Constitutional Court's view regarding the safeguarding of service rights, especially basic education, in addition to identifying concrete public policies for Internet access developed during the pandemic for the benefit of needy students. Considering that the work is bibliographic in nature, the method of approach used was the deductive method, concluding, in the end, by the feasibility of requiring the State to guarantee Internet access for the continuity of basic education and, if this is omitted, the judicial postulation.

Keywords: Social rights, right to education, material equality, internet, Covid-19.

Recebido em: 31/07/2021

Aprovado em: 16/09/2021

Como citar este artigo:

WICKERT, Lisiane Beatriz;
KIELING, Janice Scheila;
TRINDADE, Diego Luiz. O
acesso à internet em tempos
de Covid-19: garantia da
igualdade material no direito
à educação básica. **Revista da
Defensoria Pública do Distrito
Federal**, Brasília, vol. 3, n. 2,
2021, p. 49-68.

^{*}Mestre em Desenvolvimento,
Gestão e Cidadania pela
UNIJUÍ. Pós-graduada em
Instituições Jurídico-Políticas
pela UNIJUÍ. Professora da
Pós-graduação e Graduação
em Direito da UNIJUÍ.
Advogada.

^{**}Pós-graduada em Direitos
Humanos pela Faculdade de
Ciências e Tecnologias de
Campos Gerais (FACICA)/CEI.
Advogada.

^{***}Pós-graduado em Direito
Tributário pela Universidade
Anhanguera. Servidor público
federal.

Introdução

O direito social à educação básica integra o mínimo existencial da pessoa humana, funcionando como veículo propulsor da sua formação. Em razão da elevada importância desse direito, o isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19 (*Coronavirus Disease* 2019) impôs a utilização de novas formas de acesso ao ensino, principalmente por meio da Internet. Todavia, isso acaba dificultando ou impossibilitando a continuidade dos estudos dos alunos mais carentes, cujo acesso às plataformas on-line é restrito ou inexistente. É nesse panorama que o Estado tem o dever de instituir políticas públicas para concretizar o direito à educação e a igualdade material entre os estudantes.

Inicialmente, esclarece-se que a COVID-19 é causada por um coronavírus (SARS-CoV-2) comum em muitas espécies de animais e que foi transmitido para humanos, cujos primeiros casos foram identificados na cidade de Wuhan, na China (em dezembro de 2019). Em 30 de janeiro de 2020, foi reconhecida a situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional que, em 11 de março de 2020, evoluiu para a condição de pandemia, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em razão do contágio em escala mundial (OPAS, 2020).

No Brasil, a primeira norma a tratar sobre o tema foi a Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispôs sobre as medidas a serem adotadas no país. Esta lei conceituou e elencou diretrizes sobre questões como o isolamento social, a quarentena e a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da situação pandêmica. Em seguida, foi instituído Estado de Calamidade Pública, pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, a partir do qual foram editados atos normativos e criados projetos de leis e políticas públicas em todo o território brasileiro.

Nesse sentido, a presente pesquisa¹ tem por escopo identificar se é possível exigir do Poder Público políticas públicas efetivas para garantir o direito à educação básica através do acesso à Internet durante o período de pandemia. Para tanto, impende estudar os contornos jurídico-constitucionais do referido direito social, bem como a igualdade de acesso à educação sob o prisma material, que impõe ao administrador público o dever objetivo de atender aos ditames constitucionais. Sob o viés prático, cabe analisar a visão do Supremo Tribunal Federal (STF)

¹ Artigo originariamente apresentado no Grupo II - Direitos Fundamentais de Segunda Dimensão: Direitos Sociais, Econômicos e Culturais. VI Seminário Internacional sobre Direitos Humanos Fundamentais. Universidade Federal Fluminense, 02, 03 e 04 de junho de 2020 (texto incluído nos Anais do evento). A presente versão foi atualizada e ampliada, inclusive com o conteúdo da Lei 14.172, de 10 de junho de 2021, e da Res. 101/2021 do CNJ.

quanto à salvaguarda dos direitos prestacionais, em especial da educação básica, além de se identificar políticas públicas concretas de acesso à Internet desenvolvidas durante a pandemia em benefício de alunos carentes.

Para isso, o estudo foi desenvolvido por meio do método hipotético dedutivo e com pesquisas bibliográficas, o que compreende uma valorosa fonte investigatória. Inclusive, foram feitas buscas em artigos, acervos legislativos e em decisões judiciais.

1. Direito social à educação básica e o mínimo existencial

A sociedade vive em constante mudança, novos direitos surgem e outros são reduzidos ou suprimidos de acordo com as necessidades da população, “com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc.” (BOBBIO, 1992, p. 18). Assim, com a evolução dos direitos fundamentais, surgiram as denominadas “Gerações de Direitos”. A clássica teoria das gerações dos direitos humanos foi concebida em 1979 (em uma Conferência ocorrida no Instituto Internacional de Direitos Humanos de Estrasburgo - França), pelo jurista francês Karel Vasak, que associou cada uma das gerações aos ideais da Revolução Francesa: “*liberté, égalité et fraternité*” – liberdade, igualdade e fraternidade – (RAMOS, 2018, p. 59).

Sob esta perspectiva, a primeira geração engloba as liberdades individuais (prestações negativas), sendo papel do Estado proteger a esfera de autonomia do indivíduo, uma vez que o homem individualmente considerado é o titular desses direitos (RAMOS, 2018, p. 59). A segunda geração abrange os direitos sociais (de igualdade), “não porque sejam direitos de coletividades, mas por se ligarem a reivindicações de justiça social – na maior parte dos casos, esses direitos têm por titulares indivíduos singularizados” (MENDES; BRANCO, 2018, p. 201). Através desses direitos, oriundos do afloramento de variados problemas sociais, busca-se “estabelecer uma liberdade real e igual para todos, mediante a ação corretiva dos Poderes Públicos” (MENDES; BRANCO, 2018, p. 201). Já a terceira geração (direitos de solidariedade), cuja titularidade é difusa ou coletiva (da comunidade), compreende o direito ao meio ambiente equilibrado, à paz, ao desenvolvimento, em harmonia com a ideia de que o ser humano integra o planeta e precisa atuar em prol de sua conservação, em todos os sentidos (RAMOS, 2018, p. 60).

A ideia de participação ativa do Estado no cotidiano dos cidadãos surge a partir da Primeira Guerra Mundial, quando começa a ser adotada uma política intervencionista, a fim de organizar

os recursos (como a distribuição dos alimentos) e adotar procedimentos econômicos (controle da mão-de-obra, produção de determinados produtos) com vistas à melhoria das condições de vida da população (AGESTA, 2006 apud LEAL, 2009, p. 72). As consequências do cenário de guerra deixaram um rastro de destruição na vida das pessoas, evidenciando a necessidade da intervenção estatal para a garantia da dignidade humana.

A atuação do Estado “passa a ser justificada também pela necessidade de promoção da igualdade material, por meio de políticas públicas redistributivas e do fornecimento de prestações materiais para as camadas mais pobres da sociedade, em áreas como saúde, educação e previdência social” (FORSTHOFF, 1986 apud SARMENTO; SOUZA NETO, 2012, p. 61). O Estado passa a intervir de maneira intensa na vida econômica das pessoas, fundamentando suas ações na busca pela justiça social, pois os direitos sociais (direitos a prestações) “são direitos do indivíduo, em face do Estado, a algo que o indivíduo, se dispusesse de meios financeiros suficientes e se houvesse uma oferta suficiente no mercado, poderia também obter de particulares” (ALEXY, 2015, p. 499).

Com influência do constitucionalismo europeu, as Constituições brasileiras passaram a prever os direitos sociais dentro do título concernente à ordem econômica e social. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) foi a primeira a dedicar uma posição especial a aludidos direitos, com um capítulo próprio, consagrando-se como o maior catálogo de direitos sociais da história do constitucionalismo pátrio (PIOVESAN, 2013, p. 60-61). Além disso, “criou mecanismos especiais de controle da omissão legislativa (ação direta por omissão e mandado de injunção), destinados a colmatar eventuais lacunas na realização de direitos, especialmente na formulação de políticas públicas destinadas a atender às determinações constitucionais” (MENDES; BRANCO, 2018, p. 1033).

O direito à educação – previsto no ordenamento brasileiro desde a Carta Imperial de 1824 – é um dos direitos sociais que compõem o mínimo existencial (ao lado dos direitos à saúde, à assistência social e ao acesso à justiça). Justamente por isso, tem suma importância para a materialização de um grau mínimo de dignidade para os cidadãos, pois a educação é fundamental para concretizar outros direitos fundamentais (MENDES; BRANCO, 2018, p. 1040-1041).

Nessa senda, cumpre destacar que o mínimo existencial compõe o núcleo essencial do princípio da dignidade da pessoa humana e pode ser conceituado como um

[...] “conjunto de prestações materiais mínimas sem as quais se poderá afirmar que o indivíduo se encontra em situação de indignidade”. Para compor esse mínimo existencial indispensável à promoção da dignidade humana, é necessário,

na lição de Barcellos, levar em consideração a implementação dos direitos à educação básica, à saúde, à assistência social e acesso à justiça (BARCELLOS, 2002 apud RAMOS, 2018, p. 85).

O próprio artigo 205 da CRFB/88 assegura que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”², comprovando que se trata de direito humano fundamental. O dever do Estado é, portanto, garantir que todos tenham acesso à educação, especialmente ao conhecimento básico e a capacitações que permitam o ingresso e a permanência no mercado de trabalho, buscando alcançar principalmente aqueles que não podem custear uma educação particular (TAVARES, 2020, p. 958-960).

Notadamente, a atribuição do Estado em relação à educação escolar pública será efetivada mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) ‘pré-escola’³, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; b) ensino fundamental, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, que terá por objetivo a formação básica do cidadão; c) ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de 3 (três) anos (arts. 4º, I, “a” a “c”; 30; 32 e 35, todos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – ‘Lei n.º 9.394/96’⁴).

O tema educação apresenta alta densidade normativa no texto da CRFB/88, o que demonstra a atenção dispensada pelo regime jurídico vigente desde então. Além de ser descrito no rol dos direitos sociais (art. 6º), há seção exclusiva localizada no Título VIII, que aborda a temática da ordem social. Em especial, no que tange à criança, ao adolescente e ao jovem, refere-se expressamente ao direito à educação como dever da família, da sociedade e do Estado (art. 227). Por certo, existe autêntica política pública constitucionalmente definida no artigo 208, caput, I, § 1º e §2º, a qual foi detalhada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90), nos artigos 53 e 54, bem como pela LDB, nos artigos 1º a 5º, inclusive quanto aos meios de execução.

² No mesmo sentido, é a redação do artigo 22 da LDB, especificando a importância da educação básica: “Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

³ A educação infantil corresponde à primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Ela será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (arts. 29 e 30 da LDB).

⁴ A LDB foi editada com base no artigo 22, inciso XXIV, da CRFB/88.

Há, ainda, outros diplomas normativos que especificam e garantem o acesso à educação básica a determinados grupos sociais vulneráveis, como os Estatutos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Nesse sentido, “o Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados” (art. 21 da Lei n.º 10.741/03). Do mesmo modo, a educação é um dos direitos da pessoa com deficiência, à qual é assegurado um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, ao longo de toda a vida, para que ela alcance o máximo desenvolvimento de suas habilidades intelectuais e sociais, conforme suas necessidades de aprendizagem (art. 27 da Lei n.º 13.146/15).

2. O acesso à internet na educação básica: uma forma de concretização da igualdade material durante a pandemia

Os direitos sociais possuem como fundamento a igualdade, cujo cerne está na intervenção estatal, de modo a garantir estes direitos para as pessoas que não possuem condições de fazê-lo sozinhas, seja por se encontrarem menos favorecidas economicamente seja por outros fatores. Sem a prestação estatal, os direitos sociais estariam fadados a ficarem acessíveis apenas às pessoas com poderio econômico, razão pela qual o Estado possui o dever de equiparar as pessoas em direitos o máximo possível (OLIVEIRA; LAZARI, 2018, p. 147).

Sendo assim, a igualdade pode ser visualizada sob o vértice formal – oriunda do liberalismo clássico – em que todos têm acesso aos mesmos direitos sem quaisquer distinções, ou material – surgida no Estado Social –, segundo a qual o Estado deve adotar medidas concretas capazes de diminuir as desigualdades, protegendo os grupos vulneráveis. Impende observar que “a regra da igualdade não consiste senão em quinhoeirar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem, pois, tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real” (BARBOSA, 2003 apud CUNHA JR.; NOVELINO, 2015, p. 37).

A igualdade, em sentido material ou substantivo, e especialmente a autonomia (pública e privada) são ideias dependentes do fato de os indivíduos serem livres de privações, com a satisfação adequada de suas necessidades vitais essenciais. Para serem livres, iguais e capazes de exercer uma cidadania responsável, os indivíduos precisam estar além de limiares mínimos de bem-estar, sob pena de a autonomia se tornar uma mera ficção. Isso exige o acesso a algumas prestações essenciais – como educação básica e serviços de saúde –, assim como a satisfação

de algumas necessidades elementares, como alimentação, água, vestuário e abrigo. O mínimo existencial, portanto, está no núcleo essencial dos direitos sociais e econômicos (BARROSO, 2018, p. 71).

De tal sorte, o acesso à Internet se apresenta como verdadeiro vetor do princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, previsto no artigo 206, inciso I, da CRFB/88 (dispositivo repetido nos artigos 53, inciso I, do ECA e 3º, inciso I, da LDB). Para garantir citado direito basilar da sociedade moderna, esse acesso deve ocorrer por meio de políticas públicas concretas, denotando-se a insuficiência da igualdade meramente formal.

Evidencia-se, assim, uma verdadeira interdependência entre o direito à educação e o acesso à Internet, em especial durante a pandemia de COVID-19, haja vista a necessidade de garantir a educação básica de maneira virtual, em razão das medidas sanitárias de distanciamento e isolamento social adotadas no combate ao vírus. Com as escolas fechadas, utilizar a Internet torna-se imprescindível para que esse direito continue sendo acessível a todos.

É importante destacar que a LDB estrutura todo o sistema de ensino brasileiro, prevendo que, em regra, todas as etapas da educação básica (ensino infantil ao médio) serão presenciais e desenvolvidas, predominantemente, em instituições próprias públicas ou privadas (arts. 29-36). Destarte, apenas em caráter complementar e excepcional será desempenhada na modalidade de ensino à distância (art. 80)⁵. Convém lembrar que, em 12/09/2018, o Plenário do STF julgou o RE 888.815/RS, em regime de repercussão geral, definindo que não é possível o ensino domiciliar (*homeschooling*) como meio lícito de cumprimento, pela família, do dever de prover a educação, pois, embora não haja vedação constitucional, o tema exige tratamento legal específico (BRASIL, 2018).⁶

Contudo, em razão da pandemia, foi editada a Lei n.º 14.040, em 18 de agosto de 2020, prevendo normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, durante o estado de

⁵ O art. 80 da LDB é regulamentado pelo Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017. Segundo o “art. 8º: Compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância nos seguintes níveis e modalidades: I - ensino fundamental, nos termos do § 4º do art. 32 da Lei n.º 9.394/96 (situações emergenciais); II - ensino médio, nos termos do § 11 do art. 36 da Lei n.º 9.394, de 1996 ; III - educação profissional técnica de nível médio; IV - educação de jovens e adultos; e V - educação especial”.

⁶ Trecho do voto do Min. Alexandre de Moraes: “A Constituição Federal não veda de forma absoluta o ensino domiciliar, mas proíbe qualquer de suas espécies que não respeite a solidariedade entre Família e Estado, a fixação de núcleo básico do ensino e todas as previsões que são impostas diretamente pelo texto constitucional, inclusive no tocante às finalidades e objetivos, pois são obrigações destinadas a todos aqueles que pretendam ofertar o ensino obrigatório, seja público, seja privado coletivo, comunitário ou domiciliar. Dessa maneira, as espécies de *unschooling* radical (desescolarização radical), *unschooling* moderado (desescolarização moderada) e *homeschooling* puro, em qualquer de suas variações, serão inconstitucionais, pois negam a possibilidade de participação estatal solidária, inclusive na fixação de um núcleo básico de fiscalização e avaliações”.

Calamidade Pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6/2020. Dentre outras medidas, foram autorizadas atividades pedagógicas não presenciais, nos seguintes termos:

Art. 2º [...].

§ 4º A critério dos sistemas de ensino, no ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1º desta Lei, poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais:

I – na educação infantil, de acordo com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dessa etapa da educação básica e com as orientações pediátricas pertinentes quanto ao uso de tecnologias da informação e comunicação;

II – no ensino fundamental e no ensino médio, vinculadas aos conteúdos curriculares de cada etapa e modalidade, inclusive por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, cujo cômputo, para efeitos de integralização da carga horária mínima anual, obedecerá a critérios objetivos estabelecidos pelo CNE.

§ 5º Os sistemas de ensino que optarem por adotar atividades pedagógicas não presenciais como parte do cumprimento da carga horária anual deverão assegurar em suas normas que os alunos e os professores tenham acesso aos meios necessários para a realização dessas atividades.

Com efeito, as atividades não presenciais deverão ser realizadas com a utilização da rede mundial de computadores. A propósito, a partir da análise da Lei n.º 12.965/14, conhecida como Marco Civil da Internet, observa-se que o acesso à Internet é direito de todos e essencial ao exercício da cidadania (arts. 4º e 7º). Vale salientar, ainda, que a Organização das Nações Unidas (ONU) já reconheceu o acesso à Internet como direito humano básico e, por consequência, uma ferramenta essencial à concretização da dignidade da pessoa humana (SAMPAIO, 2020, p. 166).

3. A salvaguarda do direito social fundamental à educação na visão do STF

O Estado democrático constitucional estabelece papéis específicos a cada um de seus atores. Existe uma ampla autonomia nas escolhas dos meios e em que proporção os direitos sociais serão concretizados, o que é denominado de “livre espaço de conformação”. Portanto, em regra, o Poder Judiciário deve se autoconter, deixando de intervir nas competências de outros Poderes, a fim de respeitar as opções realizadas com fulcro em juízos de oportunidade e conveniência. Isso,

contudo, não concede carta branca ao arbítrio e à violação evidente à atribuição constitucional (ANDREAS, 2002, p. 22-23).

Sob essa ótica, nas hipóteses em que os Poderes Legislativo e Executivo forem omissos (inconstitucionalidade por omissão) ou praticarem atos indevidos (inconstitucionalidade por ação) quanto aos próprios mandamentos da Carta Política, sobretudo em relação aos direitos insertos no mínimo existencial, caberá a atuação contramajoritária da Corte (TAVARES, 2020, p. 966-967). Especificamente, em relação ao direito à educação, o artigo 208, § 1º, da CRFB/88, prevê que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”, consistindo na faculdade de o indivíduo exigir do Estado o cumprimento de determinadas prestações.

Sendo assim, para que seja cumprido o direito à educação, é necessário que ele seja apto a ser defendido judicialmente (MENDES; BRANCO, 2018, p. 1042-144). Seguindo essa diretriz, a LDB apresenta um amplo rol de organismos sociais legitimados a acionar o Estado em caso de não atendimento da insubstituível política pública educacional:

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

A rica gama de precedentes da Corte Constitucional é capaz de retratar quais são os principais argumentos suscitados pelo Poder Público em causas relacionadas ao controle de políticas públicas de acesso à educação básica, bem como identificar as teses consolidadas nos seus órgãos colegiados. Nesse ponto, observa-se que o controle jurisdicional acerca da concretização dos direitos econômicos, políticos e sociais tem relação com a dimensão política da jurisdição constitucional, conforme destacado pelo Ministro Celso de Mello, em Medida Cautelar proferida na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 45 (BRASIL, 2004).

Em Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n.º 410.715, o Município de Santo André (SP) alegou que não é possível impor somente ao ente municipal a manutenção do ensino, em especial, o atendimento de crianças em creches e escolas de ensino infantil, pois se trata de responsabilidade solidária de todos os Entes federados. A ausência de recursos teria limitado o atendimento e a possibilidade de ampliação em todo o Município. Além disso, as inúmeras

medidas judiciais determinando a inclusão de milhares de crianças em poucas unidades sobrecarregam o sistema de ensino, caracterizando verdadeira ingerência indevida do Poder Judiciário na independência do Poder Executivo, pois não se trata de controle de legalidade e acaba por violar as limitações orçamentárias (BRASIL, 2006).

O recurso foi improvido pela Segunda Turma em 22/11/2005, extraindo-se como *ratio decidendi* diversos fundamentos de ordem constitucional. Vale destacar que a educação infantil representa prerrogativa indisponível voltada ao desenvolvimento integral das crianças (CRFB/88, art. 208, IV), a qual impõe ao Poder Público o dever de criar condições objetivas de acesso e atendimento em creches e unidades de pré-escola, sob pena de configurar-se inaceitável omissão governamental. Também se qualifica como direito fundamental de toda criança, não se submetendo a avaliações meramente discricionárias da Administração Pública. Assim, existe verdadeiro mandamento constitucional (CRFB/88, art. 211, § 2º), do qual o Ente local não poderá se furtar (BRASIL, 2006).

A propósito, no âmbito das ações afirmativas, alega-se a impossibilidade de atendimento das políticas públicas sociais, com base na teoria da reserva do possível, segundo a qual cabe ao administrador fazer escolhas trágicas diante da escassez dos recursos. Inclusive, a sua origem tem liame com o acesso à educação (superior), em caso julgado pelo Tribunal Constitucional Federal na Alemanha (no início dos anos 1970), em que foi proferida decisão *numerus clausus* (SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel, 2017, p. 692-693).

Não obstante, tem sido afastada a fórmula da reserva do possível na perspectiva da teoria dos custos dos direitos, com base na impossibilidade de sua invocação para legitimar o injusto inadimplemento de deveres estatais de prestação indispensáveis à dignidade humana. Tal entendimento foi aplicado, por exemplo, no Recurso Extraordinário n.º 1.076.911, julgado em 16/03/2018, pela Segunda Turma (BRASIL, 2018).

A meta central das Constituições modernas, e da Carta de 1988 em particular, pode ser resumida, como já exposto, na promoção do bem-estar do homem, cujo ponto de partida está em assegurar as condições de sua própria dignidade, que inclui, além da proteção dos direitos individuais, condições materiais mínimas de existência. Ao apurar os elementos fundamentais dessa dignidade (o mínimo existencial), estar-se-ão estabelecendo exatamente os alvos prioritários dos gastos públicos. Apenas depois de atingi-los é que se poderá discutir, relativamente aos recursos remanescentes, em que outros projetos se deverá investir. O mínimo existencial, como se vê, associado ao estabelecimento de prioridades orçamentárias, é capaz de conviver produtivamente com a reserva do possível (BARCELLOS, 2002, p. 245-246).

Em Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público, o Estado do Amapá foi condenado pelo Tribunal de Justiça daquela unidade federativa a construir uma escola na Comunidade de Cojubim, no Município de Pracuúba. A questão chegou ao STF através do Recurso Extraordinário n.º 761.127 e, em sede de Agravo Regimental, foi aduzida violação aos artigos 2º (separação de poderes) e 205 (dever de educação) da CRFB/88, bem como ao princípio da reserva do possível (BRASIL, 2014). A Primeira Turma não conheceu do recurso, citando precedentes com os fundamentos consolidados no âmbito da Suprema Corte, a saber, inaplicabilidade da reserva do possível em detrimento do mínimo existencial, preservação da dignidade humana (CRFB/88, art. 1º, III) e vedação ao retrocesso na garantia de direitos prestacionais (BRASIL, 2014).

Na mesma linha, no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 860.979, julgado em 14/04/2015, a Segunda Turma manteve a condenação do Distrito Federal proferida pelo TJDF à contratação de professores especializados em Libras para atender a alunos com deficiência auditiva. Por certo, deve ser preservado o núcleo de intangibilidade dos direitos fundamentais, além de haver diretrizes tanto na Carta de 1988 quanto nos textos convencionais para inclusão social das pessoas com necessidades especiais (BRASIL, 2015).

Portanto, diante de condutas injustas e violadoras do direito à educação, a visão de vanguarda do STF garante ao Poder Judiciário o poder-dever de concretizar a aplicação da política social prevista no artigo 208, inciso I, §§ 1º e 2º da CRFB/88.

4. Políticas públicas voltadas à universalização do acesso à internet para fins educacionais

Ao destacar a educação como um dos direitos sociais que compõem o mínimo existencial, a CRFB/88 reconhece a responsabilidade do Estado quanto à salvaguarda e concretização deste direito. O acesso à educação, principalmente em sua esfera básica, é fundamental para o pleno funcionamento do Estado Democrático de Direito, visto que “as falhas na formação intelectual da população inibem sua participação no processo político e impedem o aprofundamento da democracia” (MENDES; BRANCO, 2018, p. 1040).

Ademais, considerando o nível de abrangência e a necessidade de utilização de políticas públicas para a sua concretização, os direitos sociais são mais difíceis de proteger do que os direitos

de liberdade, que fazem parte da esfera individual do ser humano (BOBBIO, 1992, p. 63). Diante disso, busca-se constantemente a implantação de políticas públicas aptas a reduzir as desigualdades e alcançar o maior número possível de pessoas. Nessa senda,

[...] a explicitação das políticas públicas indica aos cidadãos as intenções do governo em cada área, permitindo a sua participação. O Estado deixa de ser uma “caixa preta” para a sociedade na medida em que as diretrizes governamentais são conhecidas, de modo que os cidadãos podem apoiá-las, acompanhar sua implementação ou opor-se a sua execução (SCHMIDT, 2008, p. 2313).

As políticas públicas servem como um instrumento de transformação da ordem social, uma vez que objetivam a redução das desigualdades existentes na sociedade. No tocante ao direito à educação básica, a diferença entre ensino público e privado ficou maior e mais evidente durante a pandemia, como ilustra a Caricatura de Salomón, publicada no jornal “*La Prensa Gráfica*”, de El Salvador:

Figura 1 - Caricatura retrata o abismo existente na prestação da educação durante a pandemia.



Fonte: SOLOMÓN, 2020.

Deveras, realizar políticas públicas dessa natureza se revela um dever do Estado, que não pode se escusar com fulcro na teoria da reserva do possível. As discrepâncias de ensino entre instituições privadas e públicas acabam sendo potencializadas em decorrência do pouco ou

nenhum acesso à Internet, que, em tempos de pandemia, acarreta o próprio tolhimento do direito à educação, razão pela qual é tão importante a atuação estatal.

Impende observar que o direito social à educação básica apresenta dupla dimensão⁷, assim como os demais direitos fundamentais. Isso significa que existe um viés subjetivo, segundo o qual se apresenta como um direito individual imprescindível à proteção do ser humano face a violações concretas ou iminentes. Trata-se da “possibilidade de o titular do direito fazer valer judicialmente os poderes, as liberdades ou mesmo o direito à ação ou às ações negativas ou positivas que lhe foram outorgadas pela norma consagradora do direito fundamental em questão” (SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel, 2017, p. 248). De acordo com a dimensão subjetiva, “o ‘direito’ de uma pessoa é aquilo que lhe cabe ou lhe é devido enquanto pessoa, e aquilo que os outros são obrigados ou vinculados a lhe garantir ou a respeitar” (ALEXY, 2015, p. 181).

Por sua vez, a dimensão objetiva consiste na obrigação permanente de proteção dos direitos fundamentais a ser exercida pelos órgãos estatais, tanto contra agressões dos próprios Poderes Públicos quanto de particulares, exigindo a adoção de providências para resguardar os bens protegidos. As políticas públicas estão inseridas nessa dimensão, haja vista que o Estado está obrigado a criar os pressupostos fáticos necessários ao exercício efetivo desses direitos, os quais não carregam apenas “uma proibição de intervenção (*Eingriffsverbote*), expressando também um postulado de proteção (*Schutzgebote*)” (CANARIS, 1989 apud MENDES; BRANCO, 2018, p. 1023).

Assim, no Estado prestacional, o direito objetivo relevante para os direitos fundamentais ‘ultrapassa’ o direito (fundamental) subjetivo. Há tarefas constitucionais (‘princípios’) ‘úteis aos direitos fundamentais’, às quais (ainda) não corresponde qualquer direito subjetivo. Com isso, Haberle expressa, de forma concisa, o que muitos querem dizer quando classificam o problema dos direitos fundamentais sociais primariamente como um problema de meros deveres objetivos do Estado. Aqui basta mencionar Hesse, que fala de uma obrigação positiva do Estado de “fazer de tudo para realizar os direitos fundamentais, mesmo que não haja para tanto um direito subjetivo do cidadão”. Dessa maneira, o legislador receberia, “dos direitos fundamentais, ‘diretrizes e impulsos” (HESSE, 1983 apud ALEXY, 2015, p. 516-517).

⁷ É importante reforçar que “a moderna teoria dos direitos fundamentais vem reconhecendo uma dupla dimensão, ou dupla perspectiva dos direitos fundamentais, na medida em que estes podem ser considerados como posições jurídicas subjetivas essenciais de proteção da pessoa, como valores objetivos básicos de conformação do Estado Constitucional Democrático de Direito, manifestando-se, destarte, ora como carta de concessões subjetivas, ora como limites objetivos de racionalização do poder e como vetor para a sua atuação” (CUNHA JR., 2015, p. 508).

A inesperada e fatídica pandemia trouxe a necessidade de políticas públicas mais efetivas e urgentes quanto ao acesso à Internet no âmbito da educação básica. Em que pese já existirem alguns projetos em andamento e outros encerrados, tais como: a) Banda Larga nas Escolas; b) criação de Telecentros; c) Inclusão Digital da Juventude Rural; d) Programa de Inovação Educação Conectada; entre outros, nenhum deles apresenta o condão de suprir a necessidade de acesso a conteúdo educacional de forma on-line permanente na residência dos estudantes, mas tão somente no espaço físico das escolas (OLIVEIRA, 2014, p. 244-246).

Ademais, o Programa de Inovação Educação Conectada⁸, instituído pelo Decreto n.º 9.204/2017, foi criado para ampliar o acesso à Internet para o maior número possível de escolas, bem como propiciar aos professores e alunos o contato com as novas tecnologias educacionais. Este programa foi desenvolvido para cumprir as metas fixadas pelo Plano Nacional de Educação - PNE (Lei n.º 13.005/2014)⁹, entre as quais está a universalização do acesso à rede mundial de computadores nas escolas da rede pública de educação básica, especialmente em populações com vulnerabilidade socioeconômica.

A pandemia prejudicou as aulas presenciais, razão pela qual a modalidade on-line se tornou a principal alternativa de estudo. Porém, conforme pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), 30% das famílias brasileiras não têm acesso à Internet, ao passo que 40% dos estudantes de escolas públicas não possuem computadores ou tablets. Diante desse cenário, as unidades federativas passaram a adotar mecanismos para assegurar aos estudantes tal acesso.

No Estado do Rio Grande do Sul, a Assembleia Legislativa destinou recursos de seu orçamento a fim de garantir o acesso gratuito à Internet aos alunos da rede pública estadual de ensino, para aulas virtuais e conteúdos didáticos. Além disso, o Governo do Estado implantou, em 1º de junho de 2020, o regime de “Aulas Remotas” na Rede Estadual de Ensino, propiciando a realização de aulas em ambiente virtual, por meio da plataforma “*Google Classroom*”. Para tanto, a Secretaria de Educação disponibilizou Internet patrocinada via smartphone, exclusivamente para

⁸ O Programa foi organizado para ser concretizado em três fases: “(1) indução (2017 a 2018) para construção e implantação do Programa com metas estabelecidas para alcançar o atendimento de 44,6% dos alunos da educação básica; (2) expansão (2019 a 2021) com a ampliação da meta para 85% dos alunos da educação básica e início da avaliação dos resultados; e (3) sustentabilidade (2022 a 2024) com o alcance de 100% dos alunos da educação básica, transformando o Programa em Política Pública de Inovação e Educação Conectada e alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica” (BRASIL, M. E., 2020).

⁹ Meta 7 [...] 7.15) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

conteúdo educacional, para todos os alunos e professores que não possuem acesso (RIO GRANDE DO SUL, S. E., 2020).

Destaca-se, também, a criação do Centro de Mídias da Educação, programa desenvolvido pelo Estado de São Paulo para o retorno das aulas, em 27 de abril de 2020. Por meio de um aplicativo gratuito (o “CMSP”) ou pelos canais de televisão aberta (TV Educação e TV Univesp), os alunos matriculados na rede pública de ensino paulista têm acesso a aulas ao vivo, videoaulas e outros conteúdos pedagógicos durante o período de isolamento social. Inclusive, é possível a interação entre colegas e a solução dúvidas com os professores através de canais divididos por disciplinas. Os dados móveis estão sendo fornecidos para os estudantes de maneira gratuita, pela Secretaria de Educação, após um acordo com as operadoras de telefonia (SÃO PAULO, 2020).

Além disso, alguns congressistas apresentaram projetos de lei (PL) para assegurar aos estudantes o acesso à Internet através da criação de auxílio financeiro para a contratação de planos de banda larga fixa e móvel, como o PL n.º 3.462/2020 e o PL n.º 3.466/2020, sendo que o último intenta criar um subsídio permanente através do Programa Bolsa Internet. Embora tais propostas ainda estejam em tramitação perante o Congresso Nacional, em 10 de junho de 2021, foi publicada a Lei n.º 14.172, a qual dispõe sobre a assistência da União aos Estados e ao Distrito Federal para a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e aos professores da educação básica pública, nos termos do inciso III do caput do artigo 9º da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (BRASIL, S. F., 2021).

Por seu turno, outros países da América Latina adotaram medidas similares. No México, o governo e as emissoras de televisão convencionaram a entrega de conteúdo à distância, através de aulas televisionadas, tendo em vista que somente 56% (cinquenta e seis por cento) das famílias dispõe de acesso à Internet. Já na Argentina, o governo e a empresa *Telefónica* ajustaram a concessão de acesso gratuito a sites educacionais às famílias que não possuem condições para pagar pelo serviço, durante a pandemia (BARRÍA, 2020).

De fato, várias políticas públicas implementadas foram possíveis a partir de alianças entre governos, empresas e organizações nacionais ou internacionais. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) vem orientando os países sobre a importância da ligação entre o acesso à Internet e o direito à educação, da qual decorre a necessidade de priorizar políticas de acesso aberto, garantindo que a educação pública não dependa exclusivamente de plataformas digitais fornecidas por empresas privadas (2020, p. 19).

5. Considerações finais

A história do constitucionalismo brasileiro ratifica a importância do direito prestacional à educação básica, porquanto ele se manteve intangível desde a Carta Imperial. De fato, a educação é o pilar para a construção de uma sociedade democrática e plural, com pessoas plenamente desenvolvidas, capazes de exercer a cidadania de forma livre e aptas a executar os típicos trabalhos da sociedade moderna.

De igual sorte, o direito de acesso à Internet legalmente garantido a todos é indissociável do dia a dia do homem do século XXI. Basta pensar nas estruturas administrativas dos segmentos público e privado, no exercício do trabalho e da cidadania, no lazer, nas redes sociais, nas novas modalidades de divulgação da informação e na sua utilidade para fins educacionais como forma de combater a figura do “excluído digital” (Res. 101/2021 do CNJ).

A pandemia da COVID-19 trouxe uma realidade inédita para a geração atual, inclusive, colocando em rota de colisão direitos de estatura constitucional (direito de educação tradicional versus direito à saúde). Ademais, novos conceitos foram repentinamente introduzidos na vida de todas as pessoas, a saber, isolamento social; quarentena; higienização; uso de máscaras; *home office*; *lockdown*; etc.

Nesse cenário, o desafio que se apresenta é instituir a política pública de acesso à educação básica por meio da Internet para alunos carentes no contexto da pandemia. Inevitavelmente, a crise sanitária piora a economia, fato que aumenta as desigualdades sociais e, por consequência, fere o princípio constitucional da igualdade de acesso e permanência na escola.

O ensino está imerso em toda essa problemática, tendo em vista que o direito de acesso à Internet sequer era assegurado para todos os alunos no âmbito escolar antes da pandemia. A complexidade é ampla, na medida em que viabilizar o acesso à rede mundial computadores, por si só, não significa a solução do problema, pois parcela dos alunos não tem dispositivos eletrônicos, bem como o conhecimento necessário para acompanhar os conteúdos pedagógicos de forma on-line.

Nessa linha de raciocínio, a premissa a ser fixada é a de que o viés objetivo dos direitos fundamentais impõe ao Estado a obrigação de executar as políticas públicas balizadoras do mínimo existencial, como desdobramento da dignidade humana. Portanto, enquanto perdurar o estado de calamidade pública gerado pela pandemia e não for possível retomar o sistema de ensino presencial, é possível exigir do poder público o acesso individualizado à Internet a fim de garantir

a educação básica para alunos carentes. Tanto é assim que a Lei n.º 14.172/2021 determinou à União o dever de repassar aos Estados e ao Distrito Federal o valor de R\$ 3.501.597.083,20 (três bilhões, quinhentos e um milhões, quinhentos e noventa e sete mil e oitenta e três reais e vinte centavos) para ações visando a garantir o acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e aos professores da rede pública de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em virtude da calamidade pública decorrente da Covid-19. Tais recursos devem ser aplicados até 31 de dezembro de 2021 (art. 2º, *caput* e § 3º).

Por certo, qualquer dos legitimados previstos no artigo 5º da LDB poderá formular pedido de acesso à Internet perante o Poder Público competente em prol de alunos carentes a fim mantê-los no ensino infantil, fundamental ou médio. Em casos mais extremos, inclusive, pode ser fornecido o dispositivo eletrônico (smartphone, tablet, notebook, etc.), ainda que sob a forma de comodato, atribuindo-se a responsabilidade de devolução aos responsáveis pela criança ou adolescente. Outrossim, se for provado que tal encargo não está sendo concretizado, é cabível acionar o Poder Judiciário, que excepcionalmente deve atuar no seu controle.

Veja-se que a própria Lei n.º 14.172/2021 prevê que os recursos constantes do artigo 2º deverão atender às seguintes finalidades, proporções e prioridades: I - contratação de soluções de conectividade móvel para a realização e o acompanhamento de atividades pedagógicas não presenciais, vinculadas aos conteúdos curriculares, por meio do uso de tecnologias da informação e da comunicação, pelos beneficiários desta Lei, com prioridade para os alunos do ensino médio, os alunos do ensino fundamental, os professores do ensino médio e os professores do ensino fundamental, nessa ordem; II - utilização de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) para aquisição de terminais portáteis que possibilitem acesso a rede de dados móveis para uso pelos beneficiários desta Lei, com prioridade para os alunos do ensino médio e os professores do ensino médio, nessa ordem.

Aliás, os casos decididos pelo STF e detalhados no presente estudo podem ser considerados como paradigmas. A similitude fática se revela pela ausência da prestação da educação básica. Veja-se que o acesso deve ser visto sob o vértice da igualdade material, significando que a incumbência abrange o dever do Estado de fornecer os meios necessários para que o aluno mais carente possa usufruir do direito prestacional.

Como a sociedade está passando por um período excepcional, em que o vírus é altamente contagioso e não se permite o contato entre as pessoas, o Estado deve sim viabilizar o acesso à educação de forma on-line. Por outro lado, diante da crise econômica latente ocasionada pela pandemia, é muito provável que o Poder Público coloque em pauta a dicotomia de que os recursos

ou serão destinados a garantir a saúde das pessoas ou a outros direitos sociais (ex.: Internet e educação). Trata-se da famigerada tese das escolhas trágicas.

Referido contraponto exige uma análise cautelosa, a fim de que não seja apenas retórica mascarada de reserva do possível, sem prova cabal de ausência de recursos, fato que contribui para o aumento das diferenças sociais (alunos de escolas privadas, com acesso aos mais avançados aparatos tecnológicos, versus alunos de escolas públicas, desprovidos de dispositivos eletrônicos minimamente adequados e sem acesso à Internet).

Esse cotejo escancara um quadro grave de violação da isonomia. Aliás, a pandemia acabou exacerbando as diferenças entre as redes de ensino, cabendo ao Estado o dever de minimizá-las com medidas efetivas de acesso à educação (“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado”, da CRFB/88). A escassez de recursos orçamentários jamais poderá se tornar óbice à garantia das condições mínimas de existência humana, sob pena de sacrifício do princípio basilar do constitucionalismo moderno, qual seja, o princípio da dignidade da pessoa humana.

Referências

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: Malheiros, 2015.

BARCELLOS, Ana Paula de. *A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BARRÍA, Cecilia. Coronavirus: 6 efectos de la “catástrofe generacional” en la educación en América Latina provocada por la covid-19. In: *BBC News Mundo*. 14 sep. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-54097136>>. Acesso em: 15 set. 2020.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa de Inovação Educação Conectada*. Disponível em: <<http://educacaoconectada.mec.gov.br/o-programa/sobre>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Medida Cautelar na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 45/DF*. Relator: Ministro Celso de Melo. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, DJe. 04 mai. 2004. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n.º 410.715/SP*. Relator: Ministro Celso de Melo. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, DJe. 03 fev.

2006. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n.º 1.076.911/DF*. Relator: Ministro Celso de Melo. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, DJe. 11 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n.º 761.127/AP*. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, DJe. 18 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n.º 860.979/DF*. Relator: Ministro Gilmar Ferreira Mendes. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, DJe. 06 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário n.º 888.815/RS*. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, DJe. 18 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CUNHA JR., Dirley da. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2015.

CUNHA JR., Dirley da; NOVELINO, Marcelo. *Constituição Federal para concursos - doutrina, jurisprudência e questões de concursos*. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

KRELL, Andreas Joachim. *Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha: os (des) caminhos de um direito constitucional comparado*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

LEAL, Rogério Gesta. *Condições e possibilidades eficaciais dos direitos fundamentais sociais: os desafios do poder judiciário no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2018.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 33. ed. rev. e atual. até a EC n.º 95. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael de. *Manual de direitos humanos: volume único*. 4. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2018.

OLIVEIRA, Gislaine Ferreira; SILVA, Rosane Leal da. A Universalização do acesso à Internet como novo direito fundamental: das políticas de inclusão à educação digital. In: MAIA, Luciano Mariz; ARAÚJO, Marcelo Labanca Corrêa de; SILVA, Lucas Gonçalves da (Coord.). *Direitos*

fundamentais e democracia I [Recurso eletrônico on-line]. Organização CONPEDI/UFPB. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. *Folha informativa COVID-19* - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. Brasília (DF), 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 10 set. 2020.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 14. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos*. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. *Começa implantação das Aulas Remotas na Rede Estadual de Ensino*. 02 jun. 2020. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/comeca-implantacao-das-aulas-remotas-na-rede-estadual-de-ensino>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Presidência. *Assembleia irá repassar R\$ 5,4 milhões para levar Internet a estudantes da rede estadual*. 14 mai. 2020. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

SAMPAIO, Marcos. O Constitucionalismo Digital e a COVID-19. In: BAHIA, Saulo José Casali, org. *Direitos e deveres fundamentais em tempos de coronavírus*. São Paulo: Iasp, 2020.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. *Centro de Mídias da Educação de São Paulo*. Disponível em: <<https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br/>>. Acesso em: 13 set. 2020.

SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. ampl., incluindo novo capítulo sobre princípios fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2017.

SARMENTO, Daniel; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. *Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, Jorge Renato dos Reis; LEAL, Rogério Gesta (Orgs.). *Direitos sociais & Políticas públicas*. Tomo 8. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SOLOMÓN. La Prensa Gráfica. El Salvador, 22 abr. 2020. Humor. Caricatura. Disponível em: <<https://www.laprensagrafica.com/Caricatura-h202004210002.html>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional*. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

UNESCO. Comisión internacional sobre los Futuros de la Educación. *La educación en un mundo tras la COVID: nueve ideas para la acción pública*. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373717_spa?fbclid=IwAR0e5c-VoMjNLZPzEl7lrcLjgV66zg1pgrP9sBObBbEToyGCA5zO2sMShGE>. Acesso em 15 set. 2020.

URUPÁ, Marcos. Políticas Públicas de Acesso à Internet no Brasil: a implementação da ação Banda Larga Popular. In: SOUSA, Janara; GERALDES, Elen; REIS, Lígia Maria (Orgs.). *Internet e direitos humanos: cenários e perspectivas*. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2019.